

Bancada do PMDB vai eleger relator da Sistematização.

Lula Marques

Janio de Freitas

O complô desconhecido

A corrente que atribui origem e caráter político à confusa e difusa situação nacional, em contraposição à tese de que existe uma crise econômica, avançou nos últimos dias através da vertente, tão cara ao presidente Sarney, de que há uma conspiração (ou várias) contra o governo e mesmo contra a democratização das instituições. Nada procede da área militar, porém. Os conspiradores seriam civis.

As duas contribuições recentes mais notáveis, nesta linha da conspiração, foram do ministro Raphael de Almeida Magalhães e do deputado Roberto Freire. Experiente, bem instrumentado para o raciocínio político e conhecedor íntimo dos setores sociais de real influência, o primeiro surpreendeu com a adesão e, ainda mais, com a extensão que deu à tese do presidente, denunciando "um complô contra as instituições, por parte dos meios de comunicação". Considera que as reportagens sobre os "marajás" de Alagoas, os numerosos funcionários sem tarefa no Congresso, e demais denúncias deste gênero, são práticas do complô contra as instituições, como a amplitude das críticas ao governo é a face do complô voltada contra o Planalto.

Os meios de comunicação têm razões que o jornalismo ignora. Por isso, o telespectador que viu na TV Manchete a invasão do Palácio do Planalto por um contingente de prefeitos calculado em dois mil, repetindo um fato que esbanjou primeiras páginas quando ocorreu no governo Figueiredo, desta vez há de ter tido dificuldade de vê-lo nos jornais — se teve a sorte de ler um jornal com um dos raros registros do fato. Se viu, também na TV, o ataque da polícia aos bancários e a parlamentares, em Brasília, pode muito bem ter comprado um jornal em que não havia sequer uma linha a respeito, sobretudo se residente no

Rio. A contradição entre a relevância dos dois fatos e o tratamento que lhes deram os meios de comunicação é bastante, até com exagero, para mostrar que, houvesse complô, não seria contra o governo.

Assim como estes exemplos poderiam multiplicar-se ao infinito, seria possível levar também ao infinito os exemplos atestatórios de que denúncias de deformação não corroem as instituições, antes servindo, se houver vontade dos responsáveis, para corrigi-las. Quem corroe as instituições são os que as levam a desvios ou os mantêm.

Figura de prestígio crescente no PCB, o deputado Roberto Freire concluiu que a conspiração é da "burguesia nacional e das multinacionais", que, por terem seus "interesses contrariados pela democratização, querem trazer de volta os fascistas e golpistas excluídos pelo povo nas eleições do ano passado". Se, ao buscar nas cinzas a expressão "burguesia nacional", Freire quer se referir aos grandes empresários brasileiros, seria difícil conjugar seu diagnóstico com o fato de que não se encontraria, nos últimos cinquenta e tantos anos, período em que o poder melhor os servisse. Não se conhece quebra da impunidade por ágio, sonegação, locaute; nenhum outro governo ou regime realizou-lhes o sonho da liberdade total dos preços, e por aí fora. Quanto às multas, lembra-se que sua contrariedade básica, a Lei de Informática, data do regime e do governo passados, sendo mantida no atual, não por causa de democratizações, mas justo por seu inverso: a predominância continuada da influência militar, único alicerce sólido da reserva de mercado.

Pela teoria da conspiração ou complô civil nada se explica da atual situação. Há mais, portanto. Só que para amanhã.

Da Sucursal de Brasília

A bancada do PMDB no Congresso constituinte vai escolher, em eleição marcada para amanhã, às 9h, quem será o relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Até agora, os candidatos ao cargo são o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) e os deputados Bernardo Cabral (AM) e Pimenta da Veiga (MG). A decisão foi anunciada às 16h30 de ontem pelo líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas. Os três candidatos concordaram.



A escolha do relator deveria ser feita por Covas. Foi transferida para a bancada do partido, segundo o senador, porque "a qualificação dos concorrentes é muito grande", tão grande que ele não saberia escolher um relator. Assim, preferiu a votação dentro da bancada do partido. Covas afirmou que a escolha pelos peemedebistas dará maior autoridade ao relator da Comissão de Sistematização.

Covas negou que estivesse abdicando de sua autoridade e afirmou que escolhera pessoalmente os relatores das demais comissões, até agora, por critérios de competência e de representatividade interna e regional. No caso da Comissão de Sistematização, porém, com três candidatos, o senador afirmou que, se fizesse pessoalmente a escolha, "desagradaria a dois terços dos candidatos e a muitos da bancada".

O deputado Pimenta da Veiga considerou a medida "democrática", e admitiu uma união com o grupo do senador Fernando Henrique Cardoso contra o deputado Bernardo Cabral, se houver segundo escrutínio. Para



Pimenta da Veiga e Bernardo Cabral, candidatos a relator da Comissão de Sistematização, conversam no Congresso

ser escolhido relator, o candidato precisará receber a maioria absoluta de votos da bancada (253). Cabral também elogiou a decisão, e afirmou que foi o primeiro a propor a eleição dentro da bancada. Covas disse que havia consultado Cardoso, que se encontrava ontem na Paraíba, por telefone, e que este concordara.

Chiarelli

Covas disse não ver muito sentido na proposta do senador Carlos Chia-

relli (PFL-RS), de que a Comissão de Sistematização fosse dirigida por dois co-presidentes. Segundo ele, isso não consta do regimento. Covas, porém, admitiu a possibilidade de que o relator escolha, informalmente, dois ou três sub-relatores para auxiliá-lo no trabalho.

Ao fazer sua proposta, Chiarelli negou ontem que estivesse pretendendo concorrer com o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) à presidên-

cia da Comissão de Sistematização. Segundo ele, a co-presidência apenas facilitaria o trabalho. Ele só se dispôs a concorrer se sua idéia for aceita.

Procurado em seu gabinete, Arinos disse que não dava maior importância ao assunto. Na sua opinião, "o importante é que a Constituinte comece logo a trabalhar". Arinos era, até agora, apontado como o candidato do PFL à presidência da Comissão de Sistematização.

Disputa no PMDB atrasa a definição de 2 subcomissões

O excesso de candidatos a participar de algumas das subcomissões do Congresso constituinte, enquanto sobravam vagas em outras, impediu que o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), divulgasse ontem a relação dos constituintes peemedebistas que vão compor as subcomissões em que se dividem, a partir de hoje, as comissões da Ordem Social e do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. As outras seis comissões temáticas do Congresso constituinte já estão divididas, e devem eleger seus presidentes e relatores a partir das 9h de hoje, iniciando imediatamente seus trabalhos.

Covas esperava concluir ainda na noite de ontem os entendimentos para que as comissões da Ordem Social e do Sistema Tributário pudessem eleger hoje os presidentes e relatores de suas respectivas subcomissões. Nas duas comissões, o senador também enfrentava o problema do excesso de candidatos aos cargos de relator. Assim, na Subcomissão de Educação, o cargo era disputado até o fim da noite de ontem pelo senador João Calmon (PMDB-ES) e deputados Octávio Elisio (PMDB-MG) e Hermes Zanetti (PMDB-RS).

Impasse

Covas reuniu os peemedebistas da Comissão da Ordem Social, mas ninguém desistiu de suas pretensões. Consumado o impasse, a saída foi estabelecer que Covas dividirá os peemedebistas pelas três subcomis-

sões da Ordem Social, e que indicará, por sua conta e risco, os seus presidentes e relatores.

Assessores de Covas temiam ontem que o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), tente repetir hoje o comportamento que teve quando da eleição dos presidentes e relatores de algumas comissões, na semana passada. Sant'Anna tentou impedir que o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e o senador Severo Gomes (PMDB-SP) fossem indicados relatores das Comissões de Organização dos Poderes e da Ordem Econômica, respectivamente, por considerá-los "esquerdistas" demais. No começo da noite, alguns vice-líderes de Covas informavam que Sant'Anna articulava a indicação do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), do grupo moderado do PMDB, para relator da Subcomissão do Poder Executivo, que deverá discutir a duração do mandato de Sarney. O indicado para esse cargo, por Covas, é o senador José Fogaça (PMDB-RS).

Indicados

Até ontem à noite, vários relatores de subcomissões já haviam sido indicados. Entre eles, Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), para Poder Judiciário; José Jorge (PFL-PE), para Poder Legislativo; Fernando Gasparian (PMDB-SP), para Sistema Financeiro; Lysáneas Maciel (PDT-RJ), para Direitos Políticos e Direitos Coletivos, e Darcy Pozza (PDS-RS), para Direitos e Garantias Individuais.

Relator acha "temeridade" definir o mandato agora

Da Sucursal de Brasília e do correspondente em João Pessoa

Definir imediatamente a duração do mandato do presidente José Sarney "é uma temeridade" e pode até ser "uma ameaça à estabilidade do regime", disse ontem o deputado federal Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), 57. Segundo o deputado, o mandato de Sarney só será definido pelo Congresso constituinte no final do ano. E se a decisão fosse hoje, acrescentou, "a tendência do PMDB seria por fixar o mandato em quatro anos".

Esta avaliação ganha importância pelo cargo que Egidio Ferreira Lima ocupará já a partir desta semana. Ele é o relator da estratégica Comissão de Organização dos Poderes e do Sistema de Governo da Constituinte. Esta comissão será responsável pela

definição do atual mandato e dos futuros, bem como do regime de governo, se parlamentarista ou presidencialista.

Cardoso

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso disse ontem, em João Pessoa — onde deu a aula inaugural da Universidade Federal da Paraíba — que o mandato do presidente José Sarney só deverá ser fixado pelo Congresso constituinte depois de definido o sistema de governo a ser adotado a partir de sua promulgação. Ele defendeu a implantação de um sistema misto de governo — uma mistura de parlamentarismo e presidencialismo — "mais ou menos como em Portugal" e admitiu que se isso acontecer poderá até mudar de opinião sobre o mandato de cinco anos que defende para o cargo de presidente.

Governo quer PDC e PL na Aliança Democrática

Da Sucursal de Brasília

O governo não pretende estender a Aliança Democrática apenas ao PTB. Ontem, depois de despachar com o presidente Sarney, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), disse que o Palácio do Planalto pensa em incluir também o PL e o PDC na Aliança Democrática. Segundo ele, os contatos — que classificou de "embrionários" — para um acordo estão sendo feitos diretamente entre o governo e os líderes partidários. Sant'Anna não acredita que o PFL rompa com o governo.

Os contatos para a inclusão do PL

Parlamentares do PFL e PMDB reúnem-se para debater crise do país

Os rumores sobre golpe militar, o enfraquecimento do governo e a crise que vive o país são preocupações que irão reunir amanhã ou na quinta-feira parlamentares do PMDB e PFL. A articulação que poderá levar na prática à fixação de novas bases de relacionamento começará em um jantar que o deputado Jaime Santana (PFL-MA), 44, está patrocinando. Santana quer reunir o mesmo grupo que em 1984 foi responsável pelo acordo que levou à formação da Aliança Democrática.

A discussão do mandato do presidente José Sarney será tema inevitável da conversa, afirma o deputado. Mas ele coloca como pauta desse primeiro encontro apenas dois temas bastante abrangentes: a obrigação que o grupo tem com a garantia da transição democrática, pelo menos até o fim do Congresso constituinte, e a eleição presidencial; e a preservação das instituições civis e democráticas.

na Aliança Democrática foram feitos na semana passada pelo ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, afirmou o líder do partido na Câmara, deputado Adolpho Oliveira (RJ). Já o líder do PDC, deputado Siqueira Campos (GO), disse não ter mantido nenhum encontro com representantes do governo para discutir a entrada do partido na Aliança. Quanto ao PTB, o líder do partido, deputado Gastone Righi (SP), afirmou que o PTB já vem dando apoio ao governo desde a formação da Aliança Democrática. Caso os três partidos entrem em acordo, o governo ganhará o respaldo de mais de 36 parlamentares no Congresso.

Chiarelli sobe à tribuna do Senado e discursa em solidariedade a Aureliano

Da Sucursal de Brasília e do correspondente em Aracaju

O líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), 46, fez ontem da tribuna um pronunciamento de desagravo e solidariedade ao ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, vaiado pelos estudantes da Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, e impedido de ali fazer conferência, na semana passada.

O líder classificou o episódio de "grotesco e quase selvagem" e o minimizou, dizendo ter sido organizado por apenas 45 estudantes, que representam, segundo ele, menos de 0,8% do total de alunos daquela faculdade. "Subi à tribuna na defesa dos estudantes, que estão sendo confundidos com um grupo minoritário, que não aceita o debate e que se voltou contra o símbolo da conciliação", disse Chiarelli.

Em Aracaju, o governador de Sergipe, Antonio Carlos Valadares (PFL), 44, disse não considerar precipitado o lançamento de uma candidatura do partido à Presidência, acrescentando, porém, que "todos os pefelistas devem aguardar a convenção da Frente Liberal para aprovar ou não uma medida desta natureza".

Constituinte poderá recorrer a crédito adicional para despesa

O Congresso constituinte poderá recorrer ao pedido de crédito adicional, caso as verbas dos orçamentos da Câmara e do Senado não sejam suficientes para cobrir as despesas de seus trabalhos. A informação foi prestada ontem pelo deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), depois de participar de uma reunião da Mesa Diretora do Congresso constituinte, da qual é 1º secretário.

Por decisão da Mesa, o Congresso constituinte poderá contratar, por um período de seis meses, novos taquígrafos e datilógrafos, para transcrever os trabalhos das comissões. Os funcionários da Câmara e do Senado serão requisitados para uma gratificação, para cobrir horas extras.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
Congresso constituinte	não há sessão às segundas-feiras
PRESENTES	AUSENTES
25 Senado	47
61 Câmara dos Deputados	426
PRESENTES	AUSENTES
10 Assembleia Legislativa	74
Câmara Municipal	não há sessão às segundas-feiras